



*Instituto de Previdência dos Servidores do  
Município de Santa Maria de Jetibá - ES*

**JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA**

Tendo em vista a Instrução Normativa SFI 002/20220, aprovada pelo Decreto Municipal nº 1.328/2022, bem como o que determina o Art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento dos seguintes fornecedores:

Fornecedor	Empenho	Liquidação	Pagamento	Valor
Oi S/A	71	147	208	R\$ 222,10
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S/A	70	148	209	R\$ 514,24
Boldtsoft Informática Comércio Serviço Ltda ME	99	149	210	R\$ 568,00
LB Martinelli	107	150	211	R\$ 500,00

Justificamos que o IPS/SMJ, teve os pagamentos fora da **ORDEM CRONOLÓGICA**, devido equívoco no momento da transferência bancária, durante o pagamento do membro do Comitê de Investimentos, sendo que o pagamento sob o nº 192, feito erroneamente a menor no valor de R\$ 0,07 (sete centavos), cuja diferença foi paga sob o nº 220, ajustando assim a ordem cronológica.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos legais e as publicações necessárias.

Santa Maria de Jetibá-ES, 28 de abril de 2023

**DAVID RAASCH**  
Presidente Executivo do IPS/SMJ

**TUSNELDA TOPFER**  
Diretora Administrativa e Financeira do IPS/SMJ

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retificar o artigo 1º da Portaria nº 140/2020, publicada em 26/08/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, a Servidora, Sr.ª. RITA DE CÁSSIA COLNAGHI DANIEL, no cargo efetivo de Professor MaPB - ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO, Nível VI, Classe 01, matrícula n.º 1.635, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/08/2020, fixando seus proventos na forma do Art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da CF/88, com redação da EC 41/2003, a partir de 31/08/2020, em conformidade com artigo 10, § 7º da EC 103/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à 31/08/2020, revogando as disposições em contrário.

Serra, 28 de abril de 2023

Christiani Maria Vieira

Diretora Presidente.

**Protocolo 1076663**

**Instituto de Previdência dos Servidores  
Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá**

**Termos**

**JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM  
CRONOLÓGICA**

Tendo em vista a Instrução Normativa SFI 002/20220, aprovada pelo Decreto Municipal nº 1.328/2022, bem como o que determina o Art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento dos seguintes

fornecedores:

OI S/A - Empenho nº 71 / Liquidação nº 147 / Pagamento nº 208 / R\$ 222,10

EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A - Empenho nº 70 / Liquidação nº 148 / Pagamento nº 209 / R\$ 514,24

BOLDTSOFT INFORMÁTICA COMÉRCIO SERVIÇO LTDA ME - Empenho nº 99 / Liquidação nº 149 / Pagamento nº 210 / R\$ 568,00

LB MARTINELLI - Empenho nº 107 / Liquidação nº 150 / Pagamento nº 211 / R\$ 500,00

Justificamos que o IPS/SMJ, teve os pagamentos fora da ORDEM CRONOLÓGICA, devido equívoco no momento da transferência bancária, durante o pagamento do membro do Comitê de Investimentos, sendo que o pagamento sob o nº 192, feito erroneamente a menor no valor de R\$ 0,07 (sete centavos), cuja diferença foi paga sob o nº 220, ajustando assim a ordem cronológica.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos legais e as publicações necessárias.

Santa Maria de Jetibá-ES, 28 de abril de 2023

DAVID RAASCH

Presidente Executivo do IPS/SMJ

TUSNELDA TOPFER

Diretora Administrativa e Financeira do IPS/SMJ

**Protocolo 1076063**

**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz**

**Portaria**

PORTARIA SAAE-ARA-081/2023

Dispõe sobre designação de servidores para fiscalização dos contratos desta Autarquia Municipal de ARACRUZ-ES.

O Diretor Geral Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria SAAE-ARA-026/2022, de acordo com a Lei nº 3.943/2015 e suas alterações, e considerando a necessidade de regulamentar os artigos 58, III, 67 e 82 da Lei 8.666/93, que preveem a fiscalização e o acompanhamento dos Contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR servidores para fiscalização dos contratos administrativos e termos em vigor, conforme consta no ANEXO I.

Art. 2º O fiscal deverá comunicar ao Diretor Geral do SAAE qualquer serviço em desacordo com o contrato, para que este, mediante termo próprio, determine as providências que deverão ser adotadas.

Art. 3º Aplicam-se as disposições desta Portaria, no que couberem, aos convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por esta autarquia.

Art. 4º Fica estabelecido que o FISCAL ADJUNTO será responsável pelo contrato no período de Afastamento do FISCAL TITULAR, conforme consta no Estatuto do SAAE Lei 2898/06, que rege os tipos de afastamentos, com as mesmas atribuições do fiscal titular.

**www.amunes.es.gov.br**